Princípio da Publicidade dos Atos Processuais

Autor(res)

Catarina Ribeiro Franco
Fabiana Thaline Santa Chiara De Souza

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE OSASCO

Resumo

O presente artigo nos traz a questão do princípio da publicidade dos atos processuais de acordo com a Constituição Federal de 1988, tendo como parâmetro o segredo de justiça, e a aplicação do mesmo nos dias atuais. Diante desse contexto, define-se como direção de pesquisa analisar os principais motivos que levam a aderir à essa exceção principiológica. Assim, o objetivo desse artigo é compreender a necessidade da não exposição de alguns atos judiciais, e as particularidades existentes que o torna possível dentro da nossa atual Constituição. De início, o texto tratara do contexto histórico de tal princípio, especificamente os casos ocorridos com maior ênfase, em modo geral, desde a instituição do mesmo até os dias vigentes. Da mesma forma será explicitado o abuso dessa exceção, e por fim, a possiblidade de quebra do segredo de justiça por inconformidade constitucional não cabível ao caso. Foi utilizado um método construtivista de pesquisa contextual, estudo de aplicabilidade e análise de outros materiais.